



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO DA MEMÓRIA

ATA DE REUNIÃO

Data: 22 de janeiro de 2026

Horário: 14h

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)

Participantes (TJSC/CGM e convidados internos):

Desembargadora Haidée Denise Grin (Presidente da CGM);

Dr. Márcio Schiefler Fontes (juiz de direito e integrante da CGM; Presidente da CGM do TRE/SC; Coordenador do Núcleo de Pesquisa Direito, Literatura e Memória da Academia Judicial);

Mauricio Walendowsky Spricigo (Diretor-Geral Judiciário - DGJ / integrante da CGM);

Ricardo Albino França (Diretor de Gestão Documental e Memória - DGDM / integrante da CGM);

Daniel Moro de Andrade (Diretor de Tecnologia da Informação - DTI).

Micheline Rosa Peixoto (Chefe da Divisão de Gestão Documental Digital - DGDM/DGDD / integrante da CGM);

Marcos Rodolfo da Silva (Chefe da Divisão de Arquivo - DGDM/DA / integrante da CGM);

Camila Bessa (Chefe da Divisão de Memória e Biblioteca - DGDM/DMB/ integrante da CGM);

Letícia Canut (servidora da DGDM);

Participantes externos (IHGSC):

Luiz Nilton Corrêa (Presidente do IHGSC);

Tiago Gonzaga (responsável pelo desenvolvimento do site e implantação do Tainacan);

Eugenio Pelegrin (museólogo, coordenador do projeto);

Antônio de Arruda Lima (advogado e assessor jurídico do IHGSC).

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, nas dependências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), realizou-se reunião da Comissão de Gestão da Memória (CGM), articulada por iniciativa do Dr. Márcio Schiefler Fontes, com o objetivo de oportunizar ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) a apresentação do projeto de digitalização, catalogação e difusão de seu acervo fotográfico e de iniciar tratativas preliminares para eventual convênio, termo de cooperação ou parceria com o TJSC, considerando a convergência temática com as ações de memória institucional, preservação, acesso e difusão de acervos históricos. Na sequência, o presidente do IHGSC, senhor Luiz Nilton Corrêa, apresentou breve histórico institucional, registrando que o Instituto se aproxima de 130 anos de existência e destacando sua importância para a preservação e a construção da memória histórica de Santa Catarina. Assinalou que a instituição reúne acervo de expressiva relevância, composto por arquivo histórico e biblioteca, além de mapoteca, fototeca e hemeroteca, constituindo-se em referência para a memória catarinense. Destacou, ainda, que o Instituto tem por

objetivos pesquisar, investigar, interpretar e divulgar temas históricos e afins relacionados ao Estado de Santa Catarina. Relatou que parte desse patrimônio ainda se encontra em processo de organização e descrição, o que reforça a necessidade de iniciativas voltadas à sistematização, ao tratamento técnico e à ampliação do acesso. Informou, também, que sua gestão tem como missão organizar e dar visibilidade ao acervo custodiado, estruturando projetos culturais e ações de preservação e difusão. Em seguida, contextualizou o projeto do acervo fotográfico, destacando tratar-se de conjunto expressivo, estimado em mais de cinco mil fotografias, que registram fatos históricos de Santa Catarina, bem como imagens de personalidades e de diferentes períodos relevantes, com potencial de uso em ações educativas, pesquisa, memória social e divulgação cultural, motivo pelo qual vem sendo estruturado projeto para tratamento técnico adequado e disponibilização pública.

Na continuidade, a senhora Camila Bessa relatou a experiência do TJSC na digitalização do acervo fotográfico institucional. O senhor Ricardo França complementou descrevendo como se deu a catalogação e a descrição do conjunto, destacando que a própria equipe realizou a digitalização e contou com a colaboração de magistrados e servidores na identificação de contextos, locais e pessoas retratadas nas fotografias. O presidente do IHGSC mencionou que a estimativa inicial de seu acervo fotográfico pode ser superada, pois ainda não há dimensionamento completo, e que o projeto tem como objetivo identificar e organizar o conjunto, sob coordenação museológica, com apoio de estagiários e assessor de informática, além de estratégia de difusão por meio de ambiente web e plataforma de acervos. Foram descritos recursos previstos para difusão e acessibilidade, incluindo campanha de identificação com participação da comunidade, possibilidade de comentários na plataforma e previsão de audiodescrição. Citou-se, como exemplo, a audiodescrição de fotografia da Ponte Hercílio Luz, destacada pelo nível de detalhamento e contextualização, com apoio de inteligência artificial e recursos de identidade cultural, como voz com sotaque manequinho.

Em continuidade, o presidente do IHGSC apresentou vídeo do projeto e atualizou o status da iniciativa, informando que houve reunião com a equipe na mesma data e que os trabalhos iniciariam já na primeira semana de fevereiro. Relatou que, embora o orçamento originalmente previsto não tenha sido integralmente atingido, decidiu-se iniciar as atividades mediante ajustes e cortes. Nesse replanejamento, identificou-se como necessidade crítica o armazenamento em nuvem, que passou a ser o principal pedido ao TJSC. O presidente esclareceu que, além da demanda técnica do ambiente, busca-se garantir a permanência e a segurança do acervo digitalizado em local institucional estável, considerando que o IHGSC está sujeito à alternância de gestões e não dispõe da mesma garantia de permanência. Indicou, como estimativa, a necessidade de aproximadamente até 2 TB para o ambiente de armazenamento vinculado ao website e à plataforma de difusão.

Na sequência, o senhor Mauricio Walendowsky Spricigo registrou que a CGM e os setores envolvidos contam com o apoio tecnológico da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), razão pela qual a participação da área na reunião e nas tratativas subsequentes é necessária para avaliar a viabilidade e o dimensionamento da solução eventualmente requerida. Foram mencionados precedentes de pedidos semelhantes, incluindo caso da Polícia Civil relativo à criação de repositório digital para provas de inquérito policial, considerado mais complexo por envolver requisitos de cadeia de custódia, e tratativas anteriores envolvendo o repositório digital do CIASC, que buscava entidade de respaldo para garantir continuidade em cenário de descontinuidade institucional, demanda posteriormente superada por solução alternativa. O Dr. Márcio Schiefler Fontes fez o fechamento do ponto, delimitando o

objeto das tratativas no eixo da guarda segura do acervo e sua difusão, e o senhor Mauricio Walendowsky Spricigo registrou o interesse institucional do TJSC no acesso ao acervo digitalizado, inclusive para exposições e ações de memória, mencionando que, em tese, não vislumbraria dificuldade em celebrar instrumento de cooperação no qual o TJSC poderia prestar apoio com infraestrutura tecnológica para armazenamento, enquanto o IHGSC seria responsável pela digitalização, catalogação e descrição do acervo fotográfico, bem como pela implantação e manutenção das plataformas de difusão e pela administração do ambiente de acesso público, incluindo a definição de termos de uso, perfis de acesso e regras de disponibilização do conteúdo.

Enquanto se aguardava a presença do senhor Daniel Moro de Andrade, uma vez que foi convidado a participar da reunião durante o desenvolvimento dos trabalhos, o presidente do IHGSC apresentou brevemente outros projetos da gestão, destacando iniciativa de catalogação de acervo bibliográfico estimado entre sete e dez mil livros, com intenção de implantar o Pergamum em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, com apoio de estagiários de Biblioteconomia e previsão de difusão online do acervo. O senhor Mauricio Walendowsky

Spricigo registrou a experiência do TJSC com o Pergamum e o senhor Ricardo França citou ações desenvolvidas na Biblioteca do Tribunal, incluindo o Projeto Sumário, que disponibiliza sumários no catálogo e facilita a identificação do conteúdo, além de atendimento remoto com digitalização de trechos quando necessário. A Desembargadora Haidée Denise Grin destacou a relevância de bibliotecas voltadas à preservação e difusão de obras de interesse histórico e cultural e recordou discussões no âmbito da CGM sobre a necessidade de fortalecer acervo bibliográfico para apoiar pesquisas históricas, considerando as pesquisas em andamento no Judiciário e a potencial contribuição do acervo do IHGSC.

Com a chegada do senhor Daniel Moro, o Dr. Márcio Schiefler Fontes agradeceu a presença e passou a palavra à equipe do IHGSC para detalhamento técnico. O senhor Tiago Gonzaga explicou que o ambiente proposto utiliza WordPress, sistema amplamente empregado para gestão de sites, e que o Tainacan seria implantado sobre essa base, o que demandaria servidor de aplicação para instalação e funcionamento. Esclareceu que o Tainacan é uma plataforma voltada a museus e instituições de memória, desenvolvida no Brasil e utilizada para organização e difusão de acervos digitais, permitindo publicar coleções e itens com metadados, mecanismos de pesquisa e navegação, bem como recursos de interação e acesso ao público. O Dr. Márcio Schiefler Fontes registrou que o TJSC também possui projeto em andamento para implantação do Tainacan, o que foi confirmado pela senhora Camila Bessa, e destacou que eventual parceria poderia favorecer transferência de conhecimento, considerando que se trata de ferramenta de uso livre, mas cuja implantação e sustentação exigem assessoramento técnico, configuração e manutenção do ambiente. Por fim, o Dr. Márcio Schiefler Fontes mencionou a possibilidade de disponibilização de link no Portal da Memória do TJSC direcionando ao acervo do IHGSC, tendo o presidente do Instituto informado ser plenamente viável por se tratar de plataforma web.

Na sequência, o senhor Daniel Moro de Andrade esclareceu que eventual atendimento ao pleito exigirá provisionamento do espaço solicitado e definição de arquitetura, estratégia de armazenamento e redundância, ressaltando que o dimensionamento depende do perfil de acesso (muito ou pouco acesso, simultâneo ou esporádico), do tipo de solução (disco ou nuvem) e dos níveis de serviço. Informou que a DTI domina a tecnologia WordPress, mas que é indispensável a realização de reunião técnica para definir onde alocar o ambiente e estruturar o projeto, registrando que, sob o ponto de vista técnico, a demanda é factível, porém depende de alinhamento entre as equipes técnicas e de deliberação institucional

quanto à formalização e aos termos da eventual parceria. O Dr. Márcio Schiefler Fontes reforçou que o objetivo central do Instituto ao buscar o Tribunal é garantir a permanência e a segurança do acervo digitalizado em ambiente institucional estável, registrando-se a importância de estratégia de backup como componente essencial da solução.

A Desembargadora Haidée Denise Grin, na condição de presidente da Comissão de Gestão da Memória, contextualizou que tratativas dessa natureza demandam cautela e adequada instrução administrativa, ressaltando que eventual parceria deverá ser formalizada e submetida à Presidência do TJSC, com documentação que delimite objeto, responsabilidades e contrapartidas, por envolver diversas áreas do Tribunal, inclusive a DTI e, conforme o modelo adotado, a Diretoria de Material e Patrimônio. Assinalou, ainda, que a proposta apresentada é relevante sob a perspectiva da política de memória institucional, na medida em que amplia o acesso a fontes históricas e pode fortalecer ações permanentes do TJSC, como projetos de difusão cultural, pesquisas e exposições. O senhor Mauricio Walendowsky Spricigo registrou a necessidade de definir a base do convênio/instrumento, esclarecendo que não haveria repasse direto de recursos entre os convenientes, mas previsão de contrapartidas, de acordo com as obrigações assumidas, às expensas do orçamento de cada ente. O Dr. Márcio Schiefler Fontes observou que, sendo o armazenamento o objeto principal do pedido, a difusão e o acesso público ao acervo permanecerão sob responsabilidade do próprio Instituto, que administrará sua plataforma e as regras de disponibilização.

Ao final desse ponto, a Desembargadora Haidée Denise Grin e o Dr. Márcio Schiefler Fontes registraram a relevância da proposta para as ações de memória institucional do TJSC, destacando seu potencial para apoiar pesquisas, exposições e iniciativas de difusão, inclusive no Museu do Judiciário, bem como para ampliar o acesso a acervo de interesse histórico para a instituição e para a sociedade. Consignou-se que os demais integrantes da CGM presentes manifestaram concordância com esse entendimento. Como encaminhamento, orientou-se que o IHGSC formalize a demanda por meio de ofício endereçado à Presidência, com a apresentação do projeto, estimativas de volume, requisitos técnicos e proposta de contrapartidas, registrando-se nesta ata o interesse da CGM em dar seguimento às tratativas, ressalvada a necessidade de análise técnica, jurídica e administrativa pelas áreas competentes. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a reunião foi encerrada.



Documento assinado eletronicamente por **Haidee Denise Grin, Desembargadora**, em 30/01/2026, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Albino Franca, Analista Jurídico**, em 30/01/2026, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Schiefler Fontes, Juiz de Direito**, em 30/01/2026, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rodolfo da Silva, Técnico Judiciário Auxiliar**, em 30/01/2026, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Bessa, Técnica Judiciária Auxiliar**, em 30/01/2026, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Micheline Rosa Peixoto, Analista Jurídica**, em 30/01/2026, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Moro de Andrade, Diretor**, em 30/01/2026, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Walendowsky Spricigo, Diretor-Geral Judiciário**, em 30/01/2026, às 18:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eugenio Pelegrin, Usuário Externo**, em 30/01/2026, às 19:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ NILTON CORREA, Usuário Externo**, em 30/01/2026, às 20:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio de Arruda Lima, Usuário Externo**, em 04/02/2026, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Canut, Técnico Judiciário Auxiliar**, em 10/02/2026, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Gonzaga Lopes, Usuário Externo**, em 18/02/2026, às 17:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10301335** e o código CRC **89CB53C1**.